

CARTOGRAFIAR É TRAÇAR UM PLANO COMUM★

Virgínia Kastrup^I★★ Eduardo Passos^{II}★★★

^I Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^{II} Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

RESUMO

A pesquisa de campo sobre produção da subjetividade enfrenta o problema de construir conhecimento envolvendo pesquisadores e pesquisados, com territórios e semióticas singulares. Surgem questões relativas ao protagonismo dos participantes e a como traçar com eles um plano comum, garantindo o caráter participativo da pesquisa. No contexto do método da cartografia, o artigo tem como objetivo tratar do tema do comum num duplo aspecto. Num primeiro, discute o acesso ao plano comum. Com base em Gilles Deleuze e Felix Guattari, tal plano não é dito homogêneo nem reúne atores que manteriam entre si relações de identidade, mas opera comunicação entre singularidades, sendo pré-individual e coletivo. Num segundo aspecto, aponta que, enquanto pesquisa-intervenção, a cartografia se compromete com a criação de um mundo comum e heterogêneo. O artigo mostra que o traçado do comum tem como diretriz metodológica a transversalidade e examina os procedimentos de participação, inclusão e tradução.

Palavras-chave: metodologia de pesquisa; método da cartografia; comum

MAPPING IS TO TRACE A COMMON PLAN

ABSTRACT

The research field on the production of subjectivity faces the problem of building knowledge that involves researchers and the researched ones, with their unique territories and semiotics. Questions about the participants' empowerment arise, as well as how to trace a common plan with them, in order to warrant the participative character of research. Within the context of the cartographic method, the present paper aims at dealing with the theme of common in a double aspect. Firstly, the access to the common plan is discussed. Based on Gilles Deleuze and Felix Guattari, such plan is not homogeneous nor gathers actors who would

★ Apoio CNPq e FAPERJ

★★ Psicóloga. Possui doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-doutorado no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS - Paris), e no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM – Paris). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: virginia.kastrup@gmail.com

★★★ Psicólogo. Possui doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professor associado II do departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Endereço: Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia. Campus do Gragoatá - Bloco O - sala 310. Gragoatá - Rio de Janeiro, RJ – Brasil. CEP: 24000-000.

E-mail: e.passos@superig.com.br

keep amid each other identity relationships. Instead, it operates communication between singularities, being pre-individual and collective. Secondly, it points out that while intervention-research, cartography commits to create a common and heterogeneous world. The article points out that tracing the common has the transversality as a methodological guideline, and it examines the procedures of participation, inclusion and translation.

Keywords: research methodology; cartography method; common

A pesquisa de campo geralmente coloca o cartógrafo diante de um território que ele não conhece e em relação ao qual pretende fazer avançar o entendimento e as práticas de trabalho. Se realizamos a pesquisa envolvendo pessoas cegas, usuários da rede de saúde mental, trabalhadores do SUS, jovens em conflito com a lei, comunidades de favelas cariocas, jovens internautas ou mulheres negras HIV soropositivas surgem algumas questões. Como produzir conhecimento com eles, tendo em vista que não consideramos o conhecimento como representação da realidade, mas um processo de construção coletiva? Como traçar um plano comum envolvendo pesquisadores e pesquisados, com seus territórios e suas semióticas singulares? Como trabalhar com diferentes atores possibilitando espaço para seus respectivos protagonismos? Em outras palavras, como garantir o caráter participativo da pesquisa cartográfica? No contexto do método da cartografia, dizemos que é preciso traçar um plano comum, sem o qual a pesquisa não acontece.

Neste texto temos como objetivo tratar do tema do comum no duplo movimento realizado pela pesquisa cartográfica: acessar o plano do comum e também construir um mundo comum e, ao mesmo tempo, heterogêneo. A cartografia é um método de investigação que não busca desvelar o que já estaria dado como natureza ou realidade preexistente. Partimos do pressuposto de que o ato de conhecer é criador da realidade, o que coloca em questão o paradigma da representação. Como já atestaram Maturana e Varela (1990, p. 21), “todo ato de conhecer traz um mundo às mãos, [...] todo fazer é conhecer, todo conhecer é fazer”. Ter um mundo às mãos é comprometer-se ética e politicamente no ato do conhecimento. É intervir sobre a realidade. É transformá-la para conhecê-la. Há uma dimensão da realidade em que ela se apresenta como processo de criação, como *poiesis*, o que faz com que, em um mesmo movimento, conhecê-la seja participar de seu processo de construção. O acesso à dimensão processual dos fenômenos que investigamos indica, ao mesmo tempo, o acesso a um plano comum entre sujeito e objeto, entre nós e eles, assim como entre nós mesmos e eles mesmos. O acessar esse plano comum é o movimento que sustenta a construção de um mundo comum e heterogêneo.

Segundo Peter Pelbart (2003) o comum é um fundo virtual, apresentando-se como uma vitalidade social pré-individual, pura heterogeneidade não totalizável. Nesse fundo comum e heterogêneo, composições e recomposições de singularidades têm lugar. Em vez de justificar e produzir falsos espectros do comum, como as figuras serializadas da mídia e do mundo globalizado, ele funciona como foco de resistência em relação à captura pelas diferentes lógicas

homogeneizantes e totalizantes. Como procuraremos argumentar, esses mesmos riscos de captura assombam as pesquisas desenvolvidas no campo da produção da subjetividade e é a elas que devemos resistir.

Abordamos o tema do comum anteriormente, quando afirmamos, por exemplo, que a cartografia é um método de pesquisa-intervenção (PASSOS; BARROS, 2009); que a atenção do cartógrafo deve estar aberta ao plano de forças (KASTRUP, 2009); deve acompanhar processos (POZZANA; KASTRUP, 2009) e operar sobre um coletivo de forças situado no plano ontológico (ESCOSSIA; TEDESCO, 2009). Também tocamos no problema do comum quando defendemos a ideia de que conhecer a experiência em sua dimensão criadora implica a dissolução dos pontos de vista na direção da experiência pré-refletida (PASSOS; EIRADO, 2009) e quando mostramos que o método da cartografia requer a habitação de um território (ALVAREZ; PASSOS, 2009). Ao retomar aqui o tema do acesso ao comum quando investigamos territórios, subjetividades e paisagens existenciais, às vezes distantes e estranhas em relação àquelas habitadas pelo pesquisador, adotamos a transversalidade como diretriz metodológica e a participação, a inclusão e a tradução como modos como ela comparece na pesquisa.

UMA DIRETRIZ DA PESQUISA CARTOGRÁFICA: A TRANSVERSALIDADE QUE CONECTA HETEROGÊNEOS

A pesquisa cartográfica sempre busca a investigação da dimensão processual da realidade. Como investigar processos de individuação (SIMONDON, 1989) e não realidades já individuadas? Como apreender da realidade sua dimensão menos de forma e mais de plano de forças? Como acompanhar processos de subjetivação? Do ponto de vista das estratégias de investigação, a cartografia aposta no acesso ao plano que reúne lado a lado a diversidade de vetores heterogêneos implicados na pesquisa: o pesquisador e seu campo de interlocuções acadêmicas e instrumentos técnicos, agências de fomento, compromissos políticos, alianças institucionais, bem como o objeto e suas diversas articulações. Tal plano é dito comum não por ser homogêneo ou por reunir atores (sujeitos e objetos; humanos e não humanos) que manteriam entre si relações de identidade, mas porque opera comunicação entre singularidades heterogêneas, num plano que é pré-individual e coletivo. Trata-se de incluir as múltiplas linhas ou vetores que Gilles Deleuze e Felix Guattari (1997) chamam de rizoma e que Bruno Latour (2000; 2007) evoca como rede de articulação e composição, para que possamos fazer emergir o entendimento de uma realidade complexa. Em tal rede estamos todos incluídos – ou implicados, como preferiu dizer René Lourau (1996; 2004): diferentes sujeitos, objetos e instituições, cabendo, portanto, às estratégias de pesquisa acessar o plano que articula, conecta e agência essa diversidade. Na medida em que a cartografia traça esse plano comum e heterogêneo, ela concorre para a construção de um mundo comum.

O grupo implicado na pesquisa é mais do que um conjunto de pessoas e coisas reunidas, pois comporta uma dimensão fora-grupo ou dimensão da processualidade do coletivo. A cartografia aposta na contração do coletivo compondo

uma grupalidade para além das dicotomias e das formas hegemônicas de organização da comunicação nas instituições: para além da verticalidade que hierarquiza os diferentes e da horizontalidade que iguala e homogeneiza um “espírito de corpo”. A desestabilização desses dois eixos organizativos se faz pela transversalidade (GUATTARI, 1981). No terceiro eixo, que é o da transversalidade, não é mais possível ou necessária a fixação de fronteiras separando saberes e atores, onde se inclui a dimensão do “fora” das organizações ou formas instituídas, onde se atravessam diferentes semióticas (significantes e não significantes), onde o grupo experimenta sua dimensão de coletivo.

A dimensão de coletivo extrapola as fronteiras preestabelecidas na divisão das disciplinas (o que é desse saber e não de outro) e dos participantes da pesquisa (esse é pesquisador, aquele é pesquisado; esse é cego, aquele é vidente; esse é usuário, aquele é trabalhador do SUS; esse é aluno, aquele é professor), funcionando como zona de indiscernibilidade que não pertence exclusivamente a nenhum dos domínios específicos ou grupos de interesse implicados na pesquisa, mas diz respeito à complexidade da realidade investigada. A pesquisa cartográfica faz aparecer o coletivo, que remete ao plano ontológico, enquanto experiência do comum e, dessa maneira, é sempre uma pesquisa-intervenção com direção participativa e inclusiva, pois potencializa saberes até então excluídos, garante a legitimidade e a importância da perspectiva do objeto e seu poder de recalcitrância. O plano comum que se traça na pesquisa cartográfica não pode, de modo algum, ser entendido como homogeneidade ou abrandamento das diferenças entre os participantes da investigação (sujeitos e coisas). Como pensar, então, o comum na diferença? Como pensar o plano comum do heterogêneo?

François Jullien (2009) propõe a distinção entre três conceitos: o universal, o homogêneo e o comum. A distinção é especialmente pertinente para nossa discussão. Segundo Jullien, o universal é um conceito da razão, proveniente da teoria do conhecimento e porta o significado de uma necessidade lógica. Jullien considera que a importância do universal é funcionar como um ideal regulador. Isso quer dizer que o mais importante é operar como uma espécie de exigência do negativo, estando em contínua implementação, e não por existir como uma totalidade positiva. Por exemplo, quando falamos em Direitos Humanos universais, não nos referimos a uma totalidade positiva e realizada, mas a um horizonte sempre presente, um ideal regulador que impulsiona práticas de inclusão, ao mesmo tempo que é uma noção fundamental nas práticas de resistência aos regimes autoritários e à violência institucional. Por sua vez, o homogêneo é definido como o “duplo pervertido do universal” (JULLIEN, 2009, p. 13). Ele responde aos interesses da produção e da economia. O homogêneo parece duplicar o universal, mas trata-se antes de uma generalidade rasa, barata, superficial, fundada na semelhança, na aparência e na série, com vistas ao crescimento do rendimento. O homogêneo diz respeito à uniformização dos modos de vida, discursos e opiniões, onde se destaca o papel da mídia e outros dispositivos da globalização, conduzindo a uma ditadura discreta e insidiosa. Enquanto o universal, como ideal regulador, pode comportar e mesmo suscitar a rebelião do individual e do singular, o uniforme é pandêmico e conduzido pelo hábito. A frequência parece autorizá-lo

e, nesse sentido, ele pode adormecer a resistência, espalhando-se e impondo-se como algo natural, parecendo desnecessário buscar sua pertinência e mesmo sua legitimidade. As subjetividades serializadas do mundo contemporâneo são um claro exemplo de realização do homogêneo. Já o comum, segundo Jullien, é um conceito político. Não é dado *a priori*, mas se enraíza na experiência, se aprofundando e se enriquecendo com ela. Devemos construir um comum que não é pautado em relações de semelhança nem tampouco de identidade.

No contexto da cartografia, quando indicamos que o comum é produzido pela transversalização realizada por práticas da participação, inclusão e tradução, afirmamos o paradoxo da inseparabilidade das idéias de comum e heterogeneidade. Somos levados, então, a ficar no limite instável entre o que comuna e o que difere; entre o que conecta os diferentes sujeitos e objetos implicados no processo de pesquisa e o que, nessa conexão, tensiona; entre o que regula o conhecimento e o que o mergulha na experiência. Como indica Jullien, não podemos evitar, na produção do conhecimento, a tensão entre essas duas direções: o universal que regula o pensamento pelo sentido lógico, “à montante de toda experiência” e, por outro lado, o comum que, “por sua vez, se reconhece ou bem se escolhe, se enraíza, ao contrário, na experiência” (JULLIEN, 2009, p. 41).

O conceito de comum se define por sua consistência experiencial e concreta e constitui um desafio a ser permanentemente enfrentado, não sendo jamais conquistado de modo definitivo. Não sendo algo que se possa supor já dado, o comum se produz por procedimentos que vão à jusante da experiência, acompanhando as práticas concretas que comenam, uma vez que realizam partilha de um bem comum e, conseqüentemente, criam o efeito de pertencimento. É comum o que, na experiência, é vivido como pertencimento de qualquer um ao coletivo. Trata-se de conceito político por excelência, já que comum é a experiência de “decisão concertada” a que somos convocados e mesmo forçados a fazer na partilha do coletivo. Entre o lógico (universal) e o político (comum) define-se, portanto, uma diferença de direção na experiência – à montante e à jusante dela – o que nos permite pensar uma coexistência que não abole a fricção e na qual o esforço de construção marca presença.

O comum porta o duplo sentido de partilha e pertencimento. Cada um desses sentidos indica um procedimento ou atividade sem a qual a produção do comum não se efetiva. O comum é aquilo que partilhamos e em que tomamos parte, pertencemos, nos engajamos. Essa é a ideia que Jacques Rancière (1996; 2005) desenvolve com o conceito de “partilha do sensível”.¹ O autor trava um debate transdisciplinar entre a estética e a política para, nesse limiar, pensar a importância dos modos de fazer (atividades, procedimentos) que instauram diferentes formas de comunidade. Na definição do termo, partilha do sensível diz respeito ao:

[...] sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas” (RANCIÈRE, 2005, p. 15).

No mesmo ato, a partilha reparte a realidade e cria domínios de participação. Partilhamos um domínio comum do qual fazemos parte em função do modo como juntos habitamos um território, coexistimos em um tempo e compartilhamos um tipo de atividade, um modo de fazer.²

A cartografia quer acessar o plano comum, mas os procedimentos que pretendem ser geradores de uma experiência comum podem derrapar para outra direção. No contexto dos estudos e das práticas com deficientes visuais, é frequente a idéia de que, em função de seus diferentes modos de perceber, cegos e videntes vivem em mundos distintos. Essa idéia é muito corriqueira, mas também reveladora de preconceitos dos videntes em relação às pessoas cegas que, segundo essa ideia, viveriam num mundo à parte. As possibilidades de partilha entre cegos e videntes seriam remotas. O conto “Em terra de cego”, de H. G. Wells (2004) traz uma imagem invertida, que por isso é reveladora e faz pensar. O conto aborda um mundo de cegos, no qual os videntes são vítimas de práticas excludentes. Um homem chega por acaso numa cidade isolada num vale andino, que há muitas gerações é habitada apenas por pessoas cegas. O homem vidente imagina imediatamente que vai conseguir o fácil domínio da situação, tornando-se uma espécie de rei, como no ditado popular. Mas não demora a ser considerado um deficiente pela comunidade. Os cegos notam que ele tropeça nas coisas, é distraído, incompetente e quase um idiota. Acham que ele é estranho e um tanto inferior. O homem acaba se apaixonando por uma jovem muito bonita, filha de seu patrão. Ele decide, então, se casar com ela e ficar morando no vale. Apesar de estarem apaixonados, os jovens enfrentaram desde o início uma forte oposição. O pai da moça diz que o casamento não deveria ocorrer: poderia corromper a raça. O conselho de anciãos decidiu curar o rapaz, propondo a extirpação dessas “estranhas coisas que chamamos os olhos”, e que são doentes, no caso dele, de uma maneira tal que afeta seu cérebro. Suas pálpebras se movem, e seu cérebro está num estado de constante irritação e distração. Para curá-lo completamente, sugerem fazer uma cirurgia, para extirpar seus olhos. A jovem apaixonada convenceu o namorado a se submeter aos cirurgões cegos mas, num último instante, ele acaba fugindo pelas montanhas e deixando para trás o mundo dos cegos. O conto evidencia os riscos de uma sociedade homogênea, onde a vida é fundada em parâmetros de semelhança e identidade. Trata-se aqui de uma imagem invertida de nosso mundo visuocêntrico (KASTRUP, 2010).

Numa certa ocasião, apresentamos alguns dos resultados de nossas pesquisas sobre acessibilidade de pessoas com deficiência visual em museus numa mesa-redonda com duas pessoas cegas que eram profissionais ligadas ao campo da arte e da educação. Discorremos sobre a distinção entre a acessibilidade física, informacional e estética, defendendo que a acessibilidade não se resume a descrever verbalmente as obras. Para a experiência estética, o toque nas obras revela uma importância incontornável. Deixamos claro que nossa pesquisa envolvia o acompanhamento de visitas de pessoas cegas a museus e entrevistas com os participantes. Curiosamente, nossa fala produziu o inesperado efeito de disputa de autoridade. Mesmo pesquisadores, enquanto videntes não poderíamos saber quais eram as reais necessidades de uma pessoa cega. Elas, sim, poderiam falar

da cegueira. A diferença nos separou. Não conseguimos compor um plano de discussão comum. Foi um grande mal entendido e lamentamos não conseguir fazê-las perceber que a avaliação conjunta de profissionais, usuários e pesquisadores, cegos e videntes, deve comportar a transversalização, ou seja, um coeficiente de abertura para experiências singulares, tendo em vista uma aprendizagem coletiva e a construção de um conhecimento comum.

Jullien (2009) aponta que há sempre o risco de ocorrer uma inversão, transformando em excludente um conceito que era em princípio inclusivo. Segundo o autor, o comum sendo o que partilho com alguns, pode ter o seu sentido capturado pela operação de demarcação de um território privado, de propriedade de alguns. Nesse caso, a linha da partilha transforma-se numa barreira excludente. O comum como propriedade de alguns desenha seu lado de dentro, excluindo o que não lhe é semelhante. Assiste-se à inversão de sentido, a derrapagem do comum pela via de um “comunitarismo” proprietário, privatista, excludente. Outro exemplo seria imaginar que é preciso ser mulher e negra para falar sobre mulheres negras ou cego para falar de cegueira. Embora seja importante para a pesquisa contar com a participação daqueles que podem falar de dentro da experiência, limitá-la àqueles que possuem essa condição não é de modo algum garantir seu sucesso. A aposta da cartografia é na construção coletiva do conhecimento por meio de uma combinação que pode parecer, à primeira vista, paradoxal: acessar e, ao mesmo tempo, construir um plano comum entre pesquisadores e pesquisados. O comum tem como sua figura oposta o próprio ou particular que sempre ameaça absorvê-lo quando nos fechamos em um espaço comunitário que desenvolve práticas para identificar quem está dentro e quem está no seu exterior. Apostar nos pontos de vista próprios ou particulares é confundir o comum com o homogêneo. Nesse caso, o espaço de partilha da comunidade mais reparte do que faz participar, já que sua atividade inclusiva tem como contraparte a exclusão do não semelhante. Ao contrário, é pela ampliação do grau de abertura comunicacional ou *quantum* de transversalidade dos grupos, de que nos falou Guattari (1981), que o comum conjura seu perigo de captura.

O problema da construção do plano comum indica a importância do procedimento da transversalização. Tomemos o exemplo da pesquisa em diversidade de gênero. Aqui o problema do comum sofre uma modulação preocupante quando nos deparamos com o fenômeno da violência de gênero que assola domínios da realidade, como é o caso da situação das mulheres negras na África. Do ponto de vista dos valores sociais, a mulher negra é mais negra do que o homem negro, se entendemos que a negritude é mais do que uma característica étnica, apresentando-se como uma posição minoritária na organização política do *socius*. A violência de gênero não pode ser pensada sem considerarmos a situação de desigualdade que, mais do que distinguir os homens das mulheres, confere um sentido político à diferença ao sobrecodificá-la com procedimentos hierarquizantes e desqualificadores. A desigualdade torna-se diferença dominada. A diferença de gênero torna-se desigualdade de direitos e iniquidade. No entanto, não basta afirmarmos que as mulheres são diferentes e que respeitar seus direitos implica defender suas

necessidades de gênero. Há aqui o perigo da fixação da condição feminina em uma “necessidade” de gênero como a condição de ser mãe, de tal maneira que defender seus direitos equivale, por exemplo, a salvaguardar a saúde materno-infantil.

No relatório da UNAIDS de 2008, somos impactados com os dados relativos à condição das mulheres negras HIV soropositivas. Em todo o mundo há 33 milhões de pessoas vivendo com HIV, sendo que 15,5 milhões são mulheres com 15 anos ou mais e representam 50% do total de adultos infectados; 77% (12 milhões) de todas as mulheres HIV positivas vivem na África Subsaariana, o que representa 59% dos adultos vivendo com HIV. Como pesquisar a violência de gênero que está encarnada na condição da transmissão do vírus do HIV entre as mulheres negras? A diferença da experiência de negritude feminina pode atravessar os limites estritos dos grupos de gênero, atestando uma força analisadora da organização hegemônica na sociedade. Essa força analisadora tem potencial para desestabilizar o que está naturalizado como certo ou errado, como o que é dado ou o “assim mesmo”. Se a violência incide de maneira desigual no *socius*, é um importante índice da iniquidade que caracteriza as relações de poder e dominação que organizam a sociedade de modo vertical (hierarquia entre homens e mulheres) e horizontal (corporativismo que supõe que os negros sofrem todos de maneira igual). A pesquisa da violência de gênero pode ter como direção metodológica aumentar o grau de abertura comunicacional intragrupos e intergrupos, transversalizando os grupos ao liberar as diferenças que estão fechadas em seus lugares próprios. É nesse sentido que a cartografia traça e acessa o plano comum e coletivo abrindo e ampliando as relações intra e intergrupais. Esse procedimento produz coletivos não identitários por meio dos quais podemos criar condições para o acesso do sujeito ao seu plano de subjetivação. O coletivo, aqui, não pode ser reduzido a uma soma de indivíduos ou ao resultado do contrato que fazem entre si. É a rede de composição potencialmente ilimitada de seres tomados na proliferação das forças de produção de realidade. Lembramos mais uma vez que no plano de produção, plano coletivo das forças, lidamos com o que não é de propriedade de alguém ou de uma comunidade. No coletivo não há, portanto, propriedade particular, nada que seja privado, já que todas as forças estão disponíveis para serem experimentadas. É aí que entendemos se dar a pesquisa cartográfica: experimentação no plano coletivo, construção do comum, experimentação pública.

A PESQUISA CARTOGRÁFICA COMO MODO DE PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO

O caráter participativo da pesquisa cartográfica reafirma o seu sentido de pesquisa-intervenção (PASSOS; BARROS, 2009). Garantir a participação dos sujeitos envolvidos na pesquisa cartográfica significa fazer valer o protagonismo do objeto e a sua inclusão ativa no processo de produção de conhecimento, o que por si só intervém na realidade, já que desestabiliza os modos de organização do conhecimento e das instituições marcados pela hierarquia dos diferentes e pelo corporativismo dos iguais. A pesquisa deixa de ser produção de conhecimento do sujeito cognoscente sobre o objeto, do pesquisador sobre o campo, para ser ação de “estar com” ou de transversalidade em um plano comum. A cartografia é pesquisa-intervenção participativa porque não mantém a relação de oposição

entre pesquisador e pesquisado tomados como realidades previamente dadas, mas desmancha esses polos para assegurar sua relação de coprodução ou co-emergência. Realizar, por exemplo, uma pesquisa avaliativa da rede de saúde mental de um município brasileiro forçou-nos a encarar o desafio de criar as condições de participação dos diferentes grupos de interesse no processo de produção de saúde mental: pesquisadores, trabalhadores da rede de saúde, usuários e familiares. O desafio foi o de garantir o protagonismo desses diferentes sujeitos de modo a efetivar uma pesquisa avaliativa participativa. Avaliar essa rede obrigou-nos a cartografar as suas linhas de composição, incluindo a diversidade de interesses, as alianças e os dissensos que animam seu cotidiano, na direção da construção de um “olhar avaliativo” provisório e encarnado na experiência dos diferentes sujeitos (CAMPOS et al., 2008). Como criar uma avaliação participativa? Como dissolver o ponto de vista do avaliador externo?

O que permite que a participação na pesquisa se faça por meio de um real protagonismo dos sujeitos não é apenas a presença de diversos atores a quem “damos a voz”, mas sim o modo como a participação é conduzida. Uma dificuldade importante nas pesquisas participativas é conseguir o engajamento dos diferentes sujeitos no processo da investigação. Para que haja participação é preciso que haja experiência de pertencimento. Não basta que o pesquisador se proponha a fazer uma pesquisa participativa. É preciso também que os participantes queiram nela se engajar. Sem isso, a participação, no sentido forte do termo, não acontece, restando uma participação mitigada.

Ilustra bem essa discussão a análise que Vinciane Despret (2004) propôs para o debate que se travou em torno do caso de Hans, o cavalo que se notabilizou, na Alemanha do início do século XX, por sua capacidade de resolver problemas de matemática. Oskar Pungst, do Instituto de Psicologia da Universidade de Berlim defendeu que o cavalo não possuía inteligência conceitual, mas sua capacidade de resolver os problemas matemáticos devia-se à sua habilidade de “seguir pistas” indicadas pelos observadores sem que esses se dessem conta disso. Quem propunha problemas ao cavalo emitia signos involuntariamente, e o animal era capaz de apreendê-los orientando seu comportamento. Pesquisador e pesquisado, o psicólogo e o cavalo tinham em comum corpos talentosos para uma comunicação com signos mínimos, quase imperceptíveis. Entre eles se construíra um plano comum de “confiança” e “interesse”, para usarmos os termos de Despret. Os corpos se “influenciavam” na situação experimental em que um conhecimento sobre a inteligência do animal era produzido. O pesquisador quer conhecer o comportamento do animal, mas sua implicação na pesquisa é acompanhada de uma contrapartida do animal que também se engaja no experimento. Esse é o “paralelismo” que garante um acordo entre as partes, que faz com que elas comunam na participação de um processo complexo de produção da realidade: produção de conhecimento (a pesquisa etológica), produção de subjetividade (o pesquisador que aprende a se comunicar com o cavalo), produção de objetividade (o cavalo que se comporta como um matemático). Nas pesquisas com animais, Despret concluirá pela efetividade de uma “prática de

antropo-zoo-gênese” que garante aos participantes da pesquisa – agora entendidos como aqueles que ocupam tanto a posição de pesquisador quanto a de pesquisado – “novas formas de ‘estar-junto’” (DESPRET, 2004, p. 122).

O que para Pungst era um interessante fenômeno de influência entre corpos, tornou-se um perigo a ser conjurado em nome da objetividade e neutralidade científica. O conhecimento deve conjurar todo o interesse e qualquer influência, pressupondo, nas condições de assepsia do laboratório, a metaposição do pesquisador em relação à realidade pesquisada. Nesse caso, o conhecimento científico fala sobre a realidade e não com ela. O conhecimento é tido como rigoroso na justa medida de sua “desimplicação”.

A pesquisa cartográfica coloca-se entre aquelas que afirmam a importância do interesse da ciência pelo que investiga, aceitando em contrapartida, o interesse próprio do objeto. A dimensão interativa ou participativa característico da experiência de “inter-esse” é revalorizada, o que confere ao trabalho da pesquisa um sentido de cuidado. O pesquisador sai da posição de quem – em um ponto de vista de terceira pessoa – julga a realidade do fenômeno estudado, para aquela posição – ou atitude (o *ethos* da pesquisa) – de quem se interessa e cuida.

Em uma pesquisa realizada no Laboratório de Estudos do Comportamento Humano e Animal, do Departamento de Psicologia da UFF (EIRADO et al., 2006; 2010), investigamos o fenômeno das “falsas lembranças”, tal como entendem Loftus e Hoffman (1989). A pesquisa foi realizada em duas etapas: a experimental e a da entrevista com abordagem cartográfica. Os participantes da pesquisa primeiramente realizavam o protocolo experimental – cujo objetivo é a produção de falsas lembranças – e, uma semana depois, retornavam para uma entrevista. Essas entrevistas nos mostraram que, quando entrevistador e entrevistado aproximavam-se de uma experiência vivida, uma dimensão de cuidado se apresentava. Por exemplo, surgiu em uma entrevista a lembrança da disposição existencial com que o protocolo experimental foi feito na primeira parte da metodologia da pesquisa: a de ter que responder corretamente e de estar sendo avaliado por alguém. Inicialmente, esta lembrança surgia como transparente – como se seu sentido estivesse dado no próprio contexto experimental. Ao mesmo tempo, esta lembrança também se mostrava ligada à situação de entrevista, que igualmente estava sendo vivida como uma situação de teste. À medida que a entrevista avançava e a vivência desta lembrança era explorada e descrita, ela passou a se evidenciar como um ponto de vista, e, portanto, como uma possibilidade de sentido dentre outras. Na entrevista, a própria descrição do vivido implicava em sua transformação. No caso desta entrevista em particular, surgiu um estranhamento em relação ao modo como o protocolo era lembrado; simultaneamente, a vivência da entrevista também mudou. Ou seja, a experiência pode ser vivida em seu aspecto criador de si e do mundo, mostrando a codependência entre o mundo que nos aparece e o ponto de vista a partir do qual se experimenta o mundo. Desse modo, a situação da entrevista desempenhava uma dupla função: de colheita de dados e de transformação da experiência do participante. A entrevista não visava tão somente à explicitação de um vivido; ela se orientava, sobretudo, pelos

modos de compartilhamento de sentido entre entrevistador e entrevistado e pela abertura, na experiência de entrevista, às possibilidades de transformação da experiência. Pesquisar e cuidar da experiência tornavam-se dimensões inseparáveis.

Apostar no plano comum da pesquisa leva-nos a ampliar o sentido da participação coletiva. O que designamos por participação coletiva? Quem participa da pesquisa? Acreditamos que o problema aqui é de natureza metodológica, o que nos obriga a deslocar a ênfase das perguntas do “quem” para o “como”, de “o que deve ser feito” para o “como fazer”, incluindo as implicações políticas e os efeitos desse fazer. É certo que a pesquisa é participativa porque inclui os diferentes sujeitos (humanos e não humanos) engajados no processo da investigação. Mas a questão é: como fazer isto?

A inclusão dos diferentes sujeitos por si só não garante o caráter coletivo da participação. Os processos de pesquisa são muitas vezes realizados de maneira vertical, em uma perspectiva de terceira pessoa, na qual quem investiga coleta dados acerca dos pesquisados para, em seguida, construir um discurso “sobre”. Nos termos de Moraes e Kastrup (2010), trata-se de um pesquisador-COM. A pesquisa, nessa perspectiva, é uma prática discursiva de falar sobre a realidade. Tais práticas não incluem o protagonismo do objeto que comparece como “informante” ou “fonte de dados”. A participação aqui é mitigada em uma prática de baixa inclusão. Por outro lado, a inclusão dos diferentes sujeitos pode se fazer por uma transversalidade que desestabiliza a verticalidade que distingue e separa quem conhece do que é conhecido.

A cartografia constrói e acessa o plano comum porque se orienta por uma tríplice inclusão (PASCHE; PASSOS, 2010). A primeira inclusão é a que coloca lado a lado os diferentes sujeitos e objetos implicados na produção do conhecimento. Nesse primeiro nível, a lateralização opera a transversalidade, sendo o modo de fazer ou procedimento metodológico. Há, no entanto, consequências do primeiro procedimento, pois a transversalidade faz aparecer as tensões geradas pela não hierarquização da diferença. O engajamento dos diferentes sujeitos implicados no processo de pesquisa não só gera interesse e cuidado, mas também põe em análise, frequentemente, as crenças e pressupostos do pesquisador. O interesse recíproco que vincula pesquisador e pesquisado não pode neutralizar o poder de recalitrância do objeto (LATOURET, 2007). Nesse sentido, afirmar o protagonismo do objeto nos força a incluir os efeitos críticos ou os analisadores da pesquisa que emergem da colocação lado a lado dos diferentes sujeitos. Isso caracteriza o segundo nível da inclusão. Por fim, somos conduzidos ao terceiro nível: a pesquisa se efetiva como participativa na medida em que contrai uma experiência coletiva. A tríplice inclusão se efetiva com a inclusão dos movimentos do coletivo. Temos, então, três níveis de inclusão – a dos diferentes sujeitos e objetos; a dos analisadores da pesquisa; e a dos movimentos do coletivo – a que correspondem três procedimentos ou modos de fazer que realizam o princípio da transversalidade: lateralização; análise dos pressupostos e crenças da pesquisa; contração do coletivo.

O caráter participativo e inclusivo da pesquisa cartográfica realiza-se a partir da abertura experimentada pela rede ou coletivo implicado no processo da investigação. Para que a rede de sujeitos e objetos envolvidos amplie a perspectiva do conhecimento, é necessária a ampliação do padrão comunicacional entre os grupos de interesse envolvidos.

Participar e incluir são procedimentos que possibilitam à pesquisa o traçado do plano comum da experiência investigada. Segundo Jullien (2009), o plural das culturas aparece não como um mero inventário de diferenças, mas como um écart, um intervalo. A diferença e mesmo o direito à diferença pode ser um *slogan* nos dias atuais. Todavia, Jullien insiste que o mais importante é escapar das reivindicações de tipo identitário. Melhor poder ser singular, se fazendo por diferenciação e construindo um futuro inventivo. Nesse raciocínio, há uma positividade de supostos defeitos e imperfeições que, ao instaurar rugosidades e descontinuidades no contínuo uniforme e homogêneo, são capazes de produzir variações. Como, então, construir conexões com o que é heterogêneo e heterogénético?

A PESQUISA CARTOGRÁFICA COMO PRÁTICA DE TRADUÇÃO

Sugerimos, aqui, que o acesso a semióticas singulares e o traçado de um plano comum configuram um problema de tradução. Por certo, a tradução não diz respeito apenas à narrativa dos sujeitos da pesquisa, mas atravessa todo o processo. De todo modo, os problemas com que estamos às voltas são próximos daqueles que são colocados pelos próprios tradutores. A tradução pode ser fiel? Não estaria inevitavelmente sujeita a distorções? Não seria uma forma de traição? Quando traduzimos estamos somente revelando uma realidade ou estamos projetando nossa própria realidade? O cenário se configura entre dois extremos: a representação de uma suposta realidade preexistente, que predomina na ciência que se pretende positiva, e o reconhecimento de uma inevitável projeção teórica e valorativa, que se destaca nas posições subjetivistas e relativistas.

O problema da tradução e seu papel na construção de um plano comum também foi discutido por François Jullien (2009). Para Jullien a aproximação da noção de tradução com a de traição é insuficiente, pois não se trata aqui de um problema de fidelidade. A tradução é mais precisamente uma zona de aventura. O que se tomava como evidência surge, frente ao outro, como estranho. Traduzir é realizar a passagem de uma língua a outra, sem que haja uma língua por trás, que pudesse funcionar como um ponto de vista externo, garantido ou afastado. Estamos sempre numa língua ou noutra, não há uma língua por trás que constitua um solo seguro que garanta a passagem de uma a outra. Se não há correspondência de princípio, como conceber a passagem? Não podemos contar com invariantes que nos abrissem para uma universalidade supostamente dada. Temos, ao contrário, que encontrar ou produzir equivalentes. Nos termos da pesquisa cartográfica, a equivalência produzida não é sinônimo de correspondência, mas se dá como sintonia no plano das forças.

A noção de equivalência não é fundada na analogia, na semelhança ou na sobreposição, mas guarda o sentido de desempenhar o mesmo papel, o que Julian chama de funcionalidade. Um equivalente de algo é aquele que, de alguma forma, toma seu lugar. Nessa medida, ele pode ou mesmo deve passar por transformações e reformulações até atingir esse ponto. Ao contrário do invariante, que supõe uma universalidade de princípio e vertical, reenviando à metafísica da coisa em si, o equivalente constrói um ponto de sobreposição possível, a partir do qual ambas as línguas se colocam em perspectiva e se alinham. Vale ressaltar que esse trabalho pode ser lento, e mesmo difícil, passando por erros e correções sucessivas. Por fim, Jullien adverte que a aventura da tradução não corre apenas o risco de produzir um efeito de equivalência ilusório ou que as semelhanças dos detalhes sejam enganadoras. O pior é a indiferença às diferenças e a tentação de tomá-las como coisas exóticas (JULLIEN, 2009, p. 140). De todo modo, temos de estar convictos de que não há nem jamais haverá continuidade entre as línguas, subsistindo sempre um hiato irreduzível.

Segundo Claire Petitmengin (2007), é o *felt-meaning* que deve guiar o processo de tradução. A expressão *felt-meaning* não tem uma tradução exata para o português, o que, no contexto de nossa argumentação, já é bem curioso. Buscando o *felt-meaning* da expressão *felt-meaning*, ela parece equivaler a um “sentido intuído”. Trata-se de um entendimento corporal e que é capaz de produzir transformações. No caso da tradução de um texto, não seria adequado falar de um processo de transcodificação de duas línguas, que buscaria correspondências entre palavras e estruturas gramaticais. Traduzir é entrar em contato com a dimensão afetiva, intensiva, intuída e não verbal do texto. A boa tradução envolve três estágios: ouvir e ler o original, em seguida desverbalizar as unidades de sentido e, por fim, expressar essas unidades num novo discurso. Petitmengin aborda o problema da emergência do pensamento e do entendimento e, para isso, dirige sua argumentação para uma dimensão profunda e pré-refletida da experiência, que havia sido identificada sobretudo por William James (1904) com o conceito de experiência pura e por Daniel Stern (1985) com o conceito de percepção amodal. O *felt-meaning* não é uma experiência particular dotada de características específicas, mas uma dimensão que acompanha toda e qualquer experiência. Trata-se de uma dimensão concreta, corporificada e pré-discursiva que, de direito, todas as experiências possuem. Por exemplo, o encontro com uma obra de arte (pintura, texto literário, música), a memória involuntária, a prática de meditação e a clínica psicológica são exemplos de experiências que buscam ativar de modo especial tal dimensão, que se caracteriza por movimentar sensações difusas, difíceis de descrever, mas ao mesmo tempo intensas e singulares. Podem ser embaçadas e possuir limites pouco definidos, mas são plenas de sentido. No caso da clínica psicológica, é quando o paciente toma ciência (*awareness*) desse plano da experiência que ocorrem avanços no processo terapêutico, e não o entendimento lógico e formal de seus problemas. A expressão verbal desempenha um importante papel, mas os deslocamentos subjetivos resultam do acesso a essa dimensão concreta e material da experiência. Vale o que acompanha a narrativa, sua adjacência corporificada.

Pensando no problema da pesquisa, o acesso à dimensão de *felt-meaning* é necessário, por exemplo, para elaborar o resumo de um texto ou para efetuar a experiência de tradução de diferentes semióticas. Se vamos cartografar um território, temos de apreender uma dimensão que vai além do reconhecimento de formas, mas remete aos vetores transversais que lhe dão consistência, ou seja, atmosferas, ritmos, velocidades e intensidades que configuram a dinâmica das formas. O plano do *felt-meaning* é que sustenta a coerência do território, e não seus limites espaciais.

Petitmengin adverte ainda que quando temos uma ideia – em arte como em ciência – ela traz menos uma hipótese formal do que uma direção para o pensamento. Trata-se de uma linha de força, silenciosa e imperceptível, que passa a guiar a investigação. Ainda que difusa, e sem vir articulada em palavras e proposições precisas, ela porta, pela direção que indica, uma sensação de abertura de um novo campo e um impulso para ir mais longe. Ter uma ideia é uma sensação que não é experimentada como subjetiva nem como objetiva; ela encarna justamente a permeabilidade entre o interior e o exterior. No momento em que ela emerge, a sensação de identidade individual é enfraquecida ou mesmo desaparece. “A ideia me chegou de repente”; “Foi como uma aparição súbita”; “Não escolhi esta ideia, parece que ela me escolheu”. A sensação é de ausência de controle e de redução do sentido de agência. A sensação de permeabilidade é um dos indícios do acesso a um plano comum. A sincronização de ritmos, a modulação de intensidades e as ressonâncias afetivas são outras figuras de acesso a tal plano. Enfim, é sempre a sintonia nesse plano aquém das formas estáveis que é capaz de fazer conectar universos diferentes, com suas semióticas características. Tal sintonia pode ser breve e evanescente ou longa e duradoura, mas sempre é sujeita a variações. Tais conexões não serão jamais operadas no plano das formas estáveis, mas sim no plano que responde pela variação da experiência de todos os envolvidos. Nesse caso, a aproximação não se faz por identificação dos semelhantes, mas por abertura e diferenciação. O plano comum envolve então ampliação e alargamento das subjetividades pela conexão com singularidades heterogêneas e semióticas até então estranhas.

Voltando ao problema da tradução, podemos concluir que a boa tradução não é aquela que acessa formas definidas e traduz palavras abstratas, vazias e afastadas do sentido corporificado, mas aquela que acessa o *felt-meaning* e semióticas a-significantes. Nessa direção, o caminho da pesquisa não é a busca da acurácia do conhecimento em relação aos fenômenos investigados. O desafio é fazê-los vibrar, entrando em contato com o *felt-meaning* que marca aquela paisagem e move aquele território existencial.

Vinciane Despret (2002) afirma que a tradução coloca à prova tanto aquele que traduz quanto aqueles que são traduzidos. A expressão “colocar à prova” significa que traduzir é experimentar, mas também fazer experimentar. Em outras palavras, traduzir é tornar sensível e se tornar sensível. Enfim, traduzir é acrescentar sentido, aqui entendido como ampliação da sensibilidade de cada um.

Segundo Despret, quando entramos no campo da pesquisa, nosso olhar é permeado por uma série de preconceitos. Tomando como exemplo os estudos de Edward Thompson no campo da etologia, sublinha que há mal-entendidos que comprometem o papel do tradutor como porta-voz do comportamento dos animais. Certos preconceitos sobre a ausência de sensibilidade ou de inteligência nos animais, que restariam entregues às forças obscuras do instinto, exemplificam a situação. Diante da distância que nos separa, há de haver, então, a construção da proximidade, o que significa, paradoxalmente, tornar-nos sensíveis ao que nos aproxima. Para falar da contaminação das proximidades, Despret (2002, p. 146) evoca Daniel Stern (1985), que ela denomina de “um tradutor sensível de crianças”. Toma como exemplo a situação em que os pais pensam que seu filho já possui uma competência que ele ainda não tem de modo totalmente atualizada, mas está em vias de se atualizar, como a intencionalidade ou a autonomia. Não se trata de mera identificação por projeção, mas de, tendo na base um mal-entendido, promover a atualização. Nesse caso, a tradução pode fazer existir novos possíveis, novas articulações tanto para quem é o porta-voz quanto para aquele que ele traduz. Nesse “entre-captura” fazemos existir o que só existia como virtualidade. Eis então o belo mal-entendido da tradução: traduzir o que não existe ainda, para dar-lhe a chance de existir. Reencontramos, então, a etimologia latina de tradução: *trans-ducere*, : conduzir através, mas sobretudo conduzir na via de sua realização/completamento (*accomplissement*). Enfim, traduzir significa dizer o mesmo, dizendo outra coisa.

COMPONDO NO PLANO DAS FORÇAS E DOS AFETOS

Não basta reconhecer a diferença de semióticas. Sem irmos mais longe, tal reconhecimento nos encerraria em mundos separados e excludentes. Para além da diferença que separa e da semelhança que exclui, a cartografia fala de um comum heterogêneo e construído. O cartógrafo pode compor com pessoas cegas, usuários da rede de saúde mental, trabalhadores do SUS, jovens em conflito com a lei, comunidades de favelas cariocas, jovens internautas e mulheres negras HIV soropositivas. A ideia de composição no plano das forças e dos afetos busca apontar que não há jamais indiferença na escolha do tema e dos sujeitos da pesquisa. Cartografamos com afetos, abrindo nossa atenção e nossa sensibilidade a diversos e imprevisíveis atravessamentos. Ao final de um trabalho de pesquisa, a sensação de que avançamos no conhecimento daquele território passa, mais uma vez, pela sensação de partilha de uma semiótica e de um maior pertencimento àquele território. No entanto, resta um valioso écart que nos distancia da semelhança, ao mesmo tempo que nos aproxima da alteridade. A ideia de composição no plano das forças e dos afetos remete, por fim, à política de escrita da pesquisa e ao compromisso ético das ações locais que ela poderá doravante sustentar, concorrendo para a criação de um mundo comum e heterogêneo.

NOTAS

¹ Nas traduções brasileiras dos livros de Rancière, não se optou por uma padronização da tradução do termo em francês “*partage du sensible*”. Das duas alternativas “divisão do sensível” (Rancière, 1996) e “partilha do sensível” (Rancière, 2005) preferimos a última solução por conter o duplo sentido de repartição e participação.

² Compartilhar modos de ver e de sentir pressupõe realizar um recorte da realidade que delimita espaços e tempos comuns. A estética é uma política na medida em que tal delimitação configura uma comunidade de sentido. Essa comunidade se fabrica – o que Rancière (2005, p. 63) designa de “fábrica do sensível” – sendo, ao mesmo tempo aquilo que se acessa como plano comum ou coletivo no qual se dão os processos de individuação ou de realização do si e do mundo comum.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 131-149.

CAMPOS, R. O. et al. *Pesquisa avaliativa em saúde mental: desenho participativo e efeitos da narratividade*. Campinas: Hucitec, 2008.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. Acerca do ritornelo. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1997. v. 4, p. 115-170.

DESPRET, V. Eprouver la traduction: essai d’ethologie politique (ethologie des attachements). In: *Ethnopsy. Les mondes contemporaines de la guérison. Propositions de paix. Colloque de Cerisy*. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond / Le Seuil, 2002.

DESPRET, V. The body we care for: figures of anthropo-zoo-genesis. In: AKRICH, M.; BERG, M. (Ed.). *Body and Society* (special issue on “Bodies on Trial”). London, v. 10, n. 2-3, p. 111-134, June 2004.

EIRADO, A. et al. Memória e alteridade: o problema das falsas lembranças. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 75-86, 2006.

EIRADO, A. et al. Estratégias de pesquisa no estudo da cognição: o caso das falsas lembranças. *Psicologia e Sociedade*, Florianópolis, v. 22, p. 84-94, 2010.

ESCOSSIA, L.; TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano da experiência cartográfica. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 92-108.

GUATTARI, F. Transversalidade. In: ROLNIK, S. (Org.). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 88-105.

JAMES, W. Does consciousness exist?. *Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods*, v. 1, p. 477-491, 1904.

JULLIEN, F. *O diálogo entre as culturas: do universal ao multiculturalismo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 32-51.

KASTRUP, V. Quando a visão não é o sentido maior: algumas questões políticas envolvendo cegos e videntes. In: LIMA, E. A.; FERREIRA NETO, J. L.; ARAGON, L. E. (Org.). *Subjetividade contemporânea: desafios teóricos e metodológicos*. Curitiba: CRV, 2010. p. 95-114.

LATOUR, B. *Ciência em ação*. São Paulo:UNESP, 2000.

LATOUR, B. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (Org.). *Objetos impuros: experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Afrontamento, 2007. p. 40-61.

LOURAU, R. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 1996.

LOURAU, R. Implicação-transdução. In: ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau, analista em tempo integral*. Campinas: Hucitec, 2004. p.186-198.

LOFTUS, E. F.; HOFFMAN, H. G. Misinformation and memory: the creation of new memories. *Journal of Experimental Psychology: General*, v. 118, n. 1, p. 100-104, Mar. 1989.

MATURANA, H.; VARELA, F. *El arbol del conocimiento: las bases biológicas del conocimiento humano*. Madrid: Debate, 1990.

MORAES, M.; KASTRUP, V. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

PASCHE, D.; PASSOS, E. Inclusão como método de apoio para produção de mudanças na saúde – aposta da Política de Humanização da Saúde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 34, p. 423-432, 2010.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.

PASSOS, E.; EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 110-131.

PELBART, P. A comunidade dos sem comunidade. In: _____. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003. p. 28-41.

PETITMENGIN, C. Towards the source of thoughts: the gestural and transmodal dimension of lived experience. *Journal of Consciousness Studies*, [S.l.], v. 14, n. 3, p. 54-82, 2007.

POZZANA, L.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO Experimental org. / Ed. 34, 2005.

SIMONDON, G. *L'individuation psychique et collective*. Paris: Aubier, 1989.

STERN, D. *The Interpersonal World of the Infant*. New York: Basic Books, 1985.

UNAIDS. *Global Report*. 2008. Disponível em: <http://www.unaids.org/en/KnowledgeCentre/HIVData/GlobalReport/2008/2008_Global_report.asp>. Acesso em: 07 ago. 2010.

WELLS, G. H. Em terra de cego. In: CALVINO, I. (Org.). *Contos fantásticos do século XIX*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004. p. 493-517.

Recebido em: 03 de maio de 2013

Aceito em: 10 de julho de 2013